

**AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.384.585 - MG
(2018/0275530-0)**

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : SANDRA PEREIRA BARBOSA
AGRAVANTE : ESFACE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS FACIAL
CORPORAL E ESTETICA
ADVOGADOS : BRENO GARCIA DE OLIVEIRA - MG098579
GABRIEL AMARAL FONSECA - MG124639
LUIZA SANTOS MACIEL VALADARES - MG158032
BIANCA MARIA C. GUIMARAES GARCIA DE OLIVEIRA E
OUTRO(S) - MG086860
GUILHERME AUGUSTO NUNES ALMAS DE MOURA -
MG161026
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : SERVIO TULIO DE BARCELOS - MG044698
HELENA PATRÍCIA FREITAS - MG079760
PATRÍCIA CRISTINA DE PAULA - MG129348
MÁRCIO CASTRO KAIK SIQUEIRA - SP200874
FABIANA VANESSA DE FARIA - MG120534
NAYARA SANTANA PEREIRA E OUTRO(S) - MG150393
NÚBIA RAFAELA ASSUNÇÃO - MG146291

EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SUFICIÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. AGRADO NÃO PROVIDO.

1. Não há violação aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

2. Consoante a jurisprudência desta Corte Superior, não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide nas hipóteses em que o Tribunal de origem considera o feito devidamente instruído, reputando desnecessária a produção de provas adicionais para a decisão, por se tratar de matéria eminentemente de direito ou de fato já comprovado documentalmente, como é o caso dos autos.

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima

Superior Tribunal de Justiça

indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

Brasília, 03 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator